

Cotação

- Dólar: R\$ 5,55
- Euro: R\$ 6,47



COMUNICAÇÃO
CARAGUATATUBA
GOVERNO MUNICIPAL
TEMPO DE PROSPERIDADE

Quinta-feira • 26 de Junho de 2025

CLIPPING

Efemérides

Hoje	26 de Junho
• Dia Internacional contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas • Dia Internacional de Apoio às Vítimas de Tortura • Dia do Meteorologista	• Dia das Micro, Pequenas e Médias Empresas • Dia Nacional do Progresso

Agenda do dia

Hoje	26 de Junho
• 17h30: Despache com o chefe de gabinete Dr Marcelo Paiva no Gabinete do Prefeito	• 14h00: 2ª Reunião Ordinária de Prefeitos Aprecesp e Gestores de Turismo

Veículos

Folha de São Paulo • O Estado de São Paulo • Tamoios News • Radar Litoral • Repórter Online Litoral • Fala Caragua • Litoral em Pauta • Diário Caiçara • Litoral Norte Web •

Índice

Política.....	3
Folha de São Paulo.....	3
Folha de São Paulo.....	4
Folha de São Paulo.....	5
Folha de São Paulo.....	7
O Estado de São Paulo.....	8
O Estado de São Paulo.....	9
O Estado de São Paulo.....	10
Projeto que cria a Loteria Municipal é aprovado por unanimidade na 21ª sessão ordinária.....	11
É OFICIAL: CARAGUÁ TERÁ SUA PRÓPRIA LOTERIA!.....	12
Prefeitura de Caraguatatuba realiza mais um plantão do Refis no sábado.....	13
Câmara entrega Título de Cidadã Caraguatatubense à Capitão PM Érica Ramalho de Macedo nesta quarta-feira.....	14
Cotidiano.....	15
Procon de Caraguatatuba alerta sobre golpe do ressarcimento dos descontos dos aposentados do INSS.....	15
“Circuito Brincante Negrita Arteira” promove atividades gratuitas em Caraguatatuba.....	16
Setecentos bailarinos participam do 14º Litoral em Dança no Teatro Mario Covas.....	17
Fundacc está com inscrições abertas para propostas de patrocínio do 26º Festival do Camarão.....	18
Caraguatatuba reforça eleição do Conselho Gestor do Parque Natural Municipal do Juqueriquerê.....	19
9ª Festa Junina Forró de Todos é neste sábado na Praça do Caiçara.....	20
CaraguaPrev recadastra segurados inativos aniversariantes de junho até segunda-feira..	21
Geral.....	21
Bombeiros combatem incêndio na Rodovia dos Tamoios.....	22
Sem aviso, simulação de assalto a banco surpreende Caraguatatuba.....	23
Homem furta fiação do Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios no trecho de Caraguatatuba e vai preso.....	24
Turismo e Esporte.....	25
Haka Expedition 2025 reúne melhores atletas de corrida de aventura em Caraguatatuba.	25
Jogos Escolares Municipais de Caraguatatuba começam nesta quarta-feira.....	26
Festival do Cambuci chega à 12ª edição em Caraguatatuba com programação gratuita e voltada à família.....	27
PREPAREM AS PAPILAS GUSTATIVAS, QUE O CAMBUCI VEM AÍ!.....	28
Clipping Eletrônico.....	29
Entrevista com o Secretário de Esportes, Claudio Longo, para a TV Câmara.....	29

Política

Folha de São Paulo

Congresso aprova aumento do número de deputados federais de 513 para 531

Câmara faz votação a jato após aval do Senado e mantém restrição sobre alta de despesas; texto vai para sanção do presidente Lula (PT)

Thaís Oliveira e
Mariana Holanda

BRASÍLIA O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (25) o projeto de lei complementar que aumenta o número de deputados federais de 513 para 531. A votação foi a jato na Câmara dos Deputados, na mesma noite em que o Senado aprovou a medida com alterações para tentar reduzir o desgaste político. A redação final do texto, que agora vai para a sanção do presidente Lula (PT), restringiu a elevação de gastos.

O aumento no número de deputados foi aprovado no mesmo dia em que o Congresso mandou um recado ao governo votando pela derrubada dos decretos que aumentavam as alíquotas do IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). A medida foi aprovada pela Câmara por 383 votos a 98 e pelo Senado (em votação simbólica, sem contagem de votos).

Em relação ao aumento do número de deputados, o relator no Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), incorporou um artigo no texto que "proíbe qualquer aumento de despesa" por causa da criação das 18 novas cadeiras. Os deputados referendaram a proposta.

"Trata-se de medida correta, tendo em vista a necessária atenção às contas públicas", disse o relator na Casa, deputado Damião Feliciano (União Brasil-PB).

A Câmara dos Deputados calculava em quase R\$ 65 milhões por ano o aumento de custos com a criação das novas vagas, incluindo salários, benefícios e estrutura para novos parlamentares. A medida deve produzir um efeito cascata nos estados, já que a Constituição vincula o número de deputados estaduais ao de federais.

No caso das emendas parlamentares, a Câmara terá dois caminhos, segundo especialistas: redividir o valor entre os deputados ou elevar o teto estabelecido na Constituição para as verbas.

Minutos antes da votação, senadores ainda contavam votos, afirmavam que a Casa estava dividida e consideravam imprevisível o resultado. A dificuldade de aprovação ficou nítida a partir da aprovação do requerimento de urgência (que permitia a votação do conteúdo nesta quarta) por 43 votos a 30.

Senadores rejeitaram uma sugestão para que a mudança ocorresse apenas em 2034. Após o término dado com a aprovação da urgência, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), anunciou que votaria a favor, deixou a cadeira da presidência e percorreu o plenário pedindo voto aos colegas.

Alcolumbre havia prometido

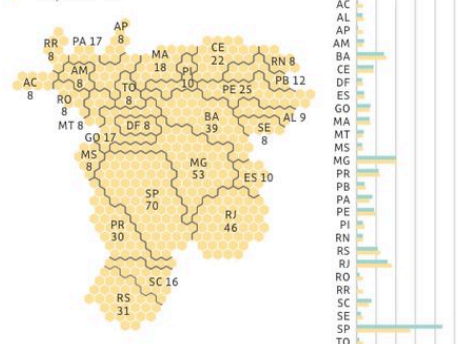
Aumento de vagas não resolve problema de representatividade

Quantos deputados cada UF

Deputados por UF

Como é hoje 513

● = 1 deputado Federal

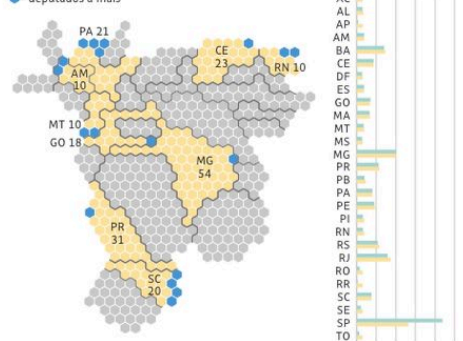


Como foi aprovado 531

Decisão da Câmara e Senado (aumento de vagas)

● não mudam

● deputados a mais



Fontes: IBGE e cálculo de Lara Mesquita e Lucas Gelape (FGV)

ao presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), que se esforçaria para aprovar a medida. O senador afirmou a líderes que o assunto dizia respeito à Câmara e, por isso, deveria ser decidido por eles —cabendo ao Senado apenas referendar o que tinha sido feito.

O projeto foi considerado impopular no Senado e recebeu críticas até mesmo de parlamentares de unidades da federação que perderiam deputados. Pesquisa Datafolha mostra que 76% dos brasileiros são contra o aumento; apenas 20% são a favor. O projeto foi articulado pela

Câmara em reação a uma determinação do STF (Supremo Tribunal Federal) para que o número de deputados, que varia de estado para estado, fosse proporcional ao número de habitantes aferido pelo Censo de 2022.

Em vez de redistribuir as 513 cadeiras entre os estados e o Distrito Federal, o que levaria parte deles a perder representantes, a Câmara decidiu criar mais 18, contemplando aqueles que tiveram aumento populacional segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Leia mais sobre a derrubada de decreto do IOF na página A13

Folha de São Paulo

TCE-SP critica isenções sob Tarcísio e vê falta de transparência e coerência

Órgão aprova contas de 2024, mas faz ressalvas; secretaria afirma que revisão de benefícios será refletida neste ano

Bruno Ribeiro

SÃO PAULO O TCE (Tribunal de Contas do Estado) de São Paulo apontou falhas na concessão dos benefícios fiscais pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) e disse que o governo não consegue medir o real impacto da política de isenções tributárias para a sociedade.

As falhas estão no relatório das contas anuais do governo paulista de 2024, aprovadas nesta quarta-feira (25) com ressalvas e recomendações em 11 áreas.

O tribunal diz que a gestão Tarcísio é imprecisa ao projetar o total de benefícios concedidos no estado, citando que, entre a elaboração da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual), o valor total das isenções variou 7,09%.

Além disso, o TCE identificou que os gastos com benefícios fiscais em São Paulo crescem em ritmo superior ao da arrecadação total do estado.

"A inspeção [do TCE] apontou que o crescimento anual da renúncia de receitas supera o crescimento da receita fiscal. Como exemplo, a taxa média de crescimento anual das renúncias para o período de 2025 a 2027 é de aproximadamente 6,09%, enquanto a da receita é projetada em 5,54%", afirma o relatório do conselheiro Dimas Ramalho.

A fiscalização do TCE viu que os R\$ 61 bilhões em benefícios tributários concedidos em 2024 beneficiaram cerca de 433 mil contribuintes. As projeções eram que, no ano passado, o estado havia gasto R\$ 75,6 bilhões.

Ramalho destacou que os pri-

Deputado manda emenda para obra no seu condomínio

A Prefeitura de Barueri usou recursos de emendas parlamentares do deputado federal Fábio Teruel (MDB-SP) para recapar o condomínio fechado onde ele vive.

A informação foi publicada pelo portal Metrópoles e confirmada pela **Folha**.

Em 2024, o deputado destinou R\$ 11 milhões em emendas Pix para a cidade. Desse total, R\$ 2,2 milhões foram usados para o recapamento.

vilégios fiscais são concedidos "sem análise de coerência com planejamento orçamentário, metas e estratégias previamente estabelecidas". Além disso, "não há processo objetivo de monitoramento e avaliação dos benefícios, seja ele prévio ou posterior".

Disse ainda que "a concessão se concretiza sem a comprovação de atendimento às contrapartidas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal" e que os benefícios são concedidos "a entidades empresariais em débito com os cofres estaduais".

Esses problemas, disse, já haviam sido identificados antes.

"Em síntese, todas essas falhas levam à conclusão de que a sistemática de concessão de renúncias de receitas pelo Estado de São Paulo não permite mensurar o real proveito social e econômico da medida implementada e, em consequência, não é possível atestar a real vantagem dessa política fiscal", afirmou.

O TCE determinou que o governo não poderá mais dar benefícios fiscais via decreto, de modo que o tema passe a ser discutido de forma mais transparente.

Benefícios tributários são isenções, reduções de alíquotas ou concessões de créditos de ICMS que favorecem setores específicos da economia.

No ano passado, o governo lançou um programa chamado "São

Paulo na Direção Certa", que tinha como um dos pilares a revisão de todos os benefícios tributários vigentes no estado. Tarcísio costuma tratar do programa como exemplo da austeridade de sua gestão.

Em balanço do fim do ano, o governo disse ter analisado 263 benefícios, determinando o fim de 84. Essa revisão seria responsável por uma redução de 15% do total de renúncia fiscal de São Paulo, o equivalente a R\$ 10,5 bilhões.

Mas, na LDO deste ano, apresentou uma projeção de renúncia fiscal de pouco mais de R\$ 78 bilhões para 2025. Na LDO do ano anterior, a projeção era que, para 2025, as renúncias somassem pouco menos de R\$ 71 bilhões.

Quando a **Folha** tratou do tema, no mês passado, a gestão alegou que novas projeções internas, que não constavam na LDO, indicavam que o total dos benefícios seria equivalente a 30% da arrecadação do ICMS paulista, mas que, caso o programa de revisões não tivesse sido implementado, o gasto ficaria em 34% — o que indicaria a eficácia da medida.

Por meio de nota da Secretaria Estadual da Fazenda, a gestão Tarcísio disse que "os benefícios tributários mencionados pelo TCE foram concedidos ao longo de décadas e pioneiramente revistos de forma integral e individualizada pela atual gestão".

Folha de São Paulo

Moraes expõe contradições com veto para gravar acareações no Supremo

Medida é vista por especialistas como inadequada ou mesmo ilegal e inconstitucional

Ana Gabriela Oliveira Lima e
Arthur Guimarães de Oliveira

SÃO PAULO A decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), de proibir a gravação das acareações no processo da trama golpista ignorou a previsão legal que assegura esse direito e rompeu com a lógica de publicidade observada em etapas anteriores do processo.

Especialistas ouvidos pela Folha veem a medida como possivelmente inadequada ou até ilegal e inconstitucional. Parte deles fala em quebra do princípio da publicidade e possível prejuízo para as defesas, outros interpretam que a decisão do ministro pode ser justificável, embora muito genérica e sem argumentação suficiente para embasá-la.

Na terça (24), a corte fez no processo da tentativa de golpe duas acareações — ato no qual as partes envolvidas ficam frente a frente para o confronto de versões, em razão de informações divergentes prestadas por elas.

Na primeira, o delator e tenente-coronel Mauro Cid ficou de frente com o general Walter Braga Netto por cerca de uma hora e meia. Eles falaram sobre possível repasse de dinheiro para matar autoridades, informação dada por Cid e contestada pelo general.

A segunda foi entre o réu Anderson Torres e Marco Antônio Freire Gomes, ex-chefe do Exército que é testemunha no processo. A impossibilidade de gravação foi alvo da defesa de Braga Netto.

José Luis Oliveira Lima, seu advogado, pediu registro audiovisual da audiência, mas o pedido foi negado por Moraes, que só autorizou uma transcrição, via ata.

A negativa seria para "evitar pressões indevidas, inclusive por



STF cria 'ambiente' para reeleição de Lula, diz Bolsonaro

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) disse nesta quarta (25) que decisões do STF (Supremo Tribunal Federal) estão criando um "ambiente" para reeleição do presidente Lula (PT).

Segundo ele, há um cenário em que não pode haver contestação à campanha petista. Ele relembrou decisões do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) de 2022, quando sua candidatura não pôde vincular Lula a ditaduras em inserções de rádio e TV.

"Se, de acordo com decisão final do que Supremo já decidiu, realmente vai ser complicado as eleições do ano que vem. Se prepara um ambiente, se Lula vier candidato, ele ser reeleito. Porque não vai ter qualquer contestação", disse em entrevista à rádio bolsonarista AuriVerde Brasil.

Ele não citou quais exatamente seriam essas decisões que favoreceriam Lula na campanha. Bolsonaro está inelegível e a disputa na direita pela sucessão já ocorre nos bastidores, ainda que ele não admita essa possibilidade.



Alexandre de Moraes em sessão do STF. Pedro Ladeira - 10.jun.25/Folhapress

meio de vazamentos pretéritos do que seria ou não perguntado aos corréus, que poderiam comprometer a instrução processual penal", segundo a ata.

O advogado de Braga Netto viu na medida violação às defesas. Disse que abriria representação na OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) questionando o ato.

Para Ricardo Martins, advogado criminalista e professor de direito processual penal da Faculdade Zumbi dos Palmares, a decisão "foi arbitrária, autoritária, ilegal e inconstitucional" que viola prerrogativas dos advogados previstas pela OAB, o que poderia prejudicar a possibilidade das defesas de denunciar eventuais abusos de autoridade.

Diz ainda não ser plausível a argumentação de que gravações podem gerar pressões indevidas para as partes. Segundo o professor, a regra do processo penal é a publicidade dos atos, como fundamentam os artigos quinto e 93 da Constituição. Ambos falam da restrição da publicidade só em casos específicos, como defesa da intimidade ou interesse social.

Ele também cita o artigo 367 do Código de Processo Civil, sobre a possibilidade de gravação em imagem e áudio das audiências, pelo qual as gravações podem ser realizadas "diretamente por qualquer das partes, independentemente de autorização judicial".

Segundo o advogado criminalista Mário de Oliveira Filho, a

regra prevista no processo civil é aplicada ao direito penal por analogia. "Ali [decisão de Moraes] foi ferido um direito garantido a qualquer cidadão envolvido no processo. Se fizer mau uso dessa gravação, mesmo sendo sigiloso, vai responder. O que não se pode é proibir de gravar, porque a lei permite. Tudo que é proibido tem que estar expresso em lei. Aquilo que não é proibido, é permitido", afirma o criminalista.

Para ele, a medida teve o "mesmo patamar de violência" que a decisão de mandar lacrar celulares em julgamento do núcleo 2 da trama golpista, em abril. "O que são pressões indevidas? A imprensa publicar, a imprensa falar? Não tem fundamento nenhum."

A professora Flávia Rahal, da FGV Direito SP, diz que a medida surpreendeu, pois gravações foram permitidas em atos processuais anteriores.

Ela diz que a acareação é extensão do ato de interrogatório e que sua qualificação como ato da instrução do juízo, como fez Moraes, não é argumento para afastar a possibilidade de gravação.

Para Maira Scavuzzi, advogada e professora de direito constitucional da PUC-SP, a alteração na forma de registro gera estranheza.

"Existe certa incongruência entre o modo como vinham sendo construídos os depoimentos e testemunhos e a forma como as acareações foram feitas", diz.

Scavuzzi afirma que o Código do Processo Penal dá preferência para gravações audiovisuais porque elas conseguem ser mais dignas, mas que o ministro trouxe uma justificativa que pode ser plausível, embora vaga.

Por isso, ela diz que a decisão do magistrado tem, em suas palavras, cheiro de irregularidade, mas diz faltar elementos para classificar a medida como ilegal.

Segundo a advogada, o ideal seria evitar o que chama de polêmicas na condução de um processo sensível que envolve um tema grave de ataque à democracia. "Se realmente houve ali um motivo muito forte para não haver a gravação, seria necessário explicar isso de forma minuciosa", diz.

O Estado de São Paulo

Executivo

Governo criou 273 cargos políticos em estatais e recebeu alertas sobre riscos

— *Técnicos veem perigo de descumprimento de decisões judiciais e salários acima da média do mercado; gestão petista afirma que indicados por partidos são 1 em cada 314 servidores*

GUSTAVO CÔRTEZ
BRASÍLIA

Desde o início do atual mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023, as estatais brasileiras criaram 273 novos cargos abertos à indicação política, segundo levantamento do *Estadão*. Os postos são usados para empregar petistas, figuras ligadas aos partidos da base e familiares. O custo dessa expansão é de pelo menos R\$ 206 milhões por ano, se contabilizados salários e benefícios, e abrange 16 empresas.

Algumas das decisões que aumentaram o número de cargos desse tipo foram precedidas de notas técnicas em que servidores do Ministério da Gestão consentiram com as mudanças, mas apontaram para riscos de governança, como o descumprimento de decisões judiciais e regras salariais descoladas das práticas de mercado. Os posicionamentos da pasta, no entanto, têm caráter meramente consultivo e as empresas não são obrigadas a acatá-las.

Por meio de nota, o governo informou que esses cargos equivalem a um em cada 314 empregados com vínculo ativo no conjunto das estatais federais. “Esse indicador evidencia que o uso de cargos de livre provimento nas estatais é restrito, pontual e residual.”

A reportagem ofereceu, por intermédio das assessorias de imprensa, a oportunidade de cada uma das pessoas citadas se manifestarem. As empresas defenderam os indicados.

Além dos chamados cargos comissionados, houve aumento de 105 funções de confiança, aquelas ocupadas apenas por funcionários de carreira escolhidos por diretores, que, por sua vez, são indicados pelo Palácio do Planalto.

A estatal que teve, proporcionalmente, o maior crescimento no número de postos de indicação política foi o Grupo Hospitalar Conceição (GHC), uma rede pública da qual a população do Rio Grande do Sul depende para ter acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS). No atual governo, a empresa vinculada ao Ministério da Saúde, que tinha 16 cargos comissionados, passou a ter 69, um salto de 331%.

A justificativa para o aumen-

to do quadro era atender as demandas de um novo centro de oncologia e hematologia e gerir o Hospital Federal de Bonsucesso, no Rio de Janeiro, cuja administração foi transferida para o GHC em razão do mau funcionamento daquela unidade.

PETISTAS. Mas o histórico de alguns dos funcionários indica que parte desses postos serve para empregar petistas gaúchos. Em novembro de 2023, foram criadas 13 vagas de assessores de diretoria, função que não existia até então. Cada um goza de vencimentos mensais de R\$ 22 mil.

Entre os escolhidos estão Sanjaya Aquino, ex-assessora parlamentar de Paulo Pimenta (PT-RS), deputado federal e ex-ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), e Leonilse Guimarães, que foi chefe de gabinete da Secretaria de Educação Profissional do Ministério da Educação no primeiro mandato de Lula e atuou como delegada oficial do movimento “Lula Livre! Fora Bolsonaro!”, articulado pelo PT.

“(A contratação de comissionados permite) agregar conhecimentos externos e novas expertises, pois são ocupados por perfis especializados”
Governo federal
Em nota

Já Leonita de Carvalho, que também faz parte do grupo, foi assessora da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil durante o governo de Dilma Rousseff. Sandra Maria Fagundes, ex-secretária de Saúde do Rio Grande do Sul na gestão de Tarso Genro, e Rose Correia, que foi superintendente do Patrimônio da União no Estado nos governos Lula e Dilma, também ocupam esses cargos.

O GHC disse em nota que “fortaleceu suas equipes, desde a assistência direta aos usuários até equipes administrativas e de gestão”. Também destacou que as medidas tiveram aprovação do Conselho de Administração da companhia e do Ministério da Saúde. Alegou ainda que somente 60 postos de livre provimento estão ocupados.

Em relação aos funcionários citados, disse que a escolha se

AUMENTO DE POSTOS EM ESTATAIS

Número de cargos de indicação política

EMPRESA	Nº DE CARGOS DE INDICAÇÃO POLÍTICA ANTES DO GOVERNO LULA	Nº DE CARGOS DE INDICAÇÃO POLÍTICA HOJE	PORCENTUAL DO CRESCIMENTO
GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO	16	69	331%
CEITEC	10	30	200%
DATAPREV	33	93	181%
BANCO DO NORDESTE	2	5	150%
PORTO DE SANTOS	15	35	133%
NUCLEP	25	40	60%
CIA DOCS DO CEARÁ	17	25	47%
ENBPAP	50	70	40%
EMGEPRON	67	90	34%
CIA DAS DOCS DA BAHIA	20	24	20%
CODEVASF	58	70	20%
PPSA	62	74	19%
NAV BRASIL	50	59	18%
BNDES	48	56	16%
TELEBRAS	51	56	9,8%
EBSEERH	21	22	4,7%

FONTE: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL / INFOGRAFICO: ESTADO



Grupo Hospitalar Conceição: maior crescimento no número de cargos

deu por “experiências profissionais” e destacou a trajetória profissional de cada um. Sanjaya é formada em história e atua no planejamento estratégico e comunicativo. Leonilse é farmacêutica e foi plantonista no Hospital da PUC-RS. Leonita é socióloga com mais de 25 anos em administração pública. Sandra Maria é psicóloga e consultora de políticas públicas em saúde. Rose é advogada com especialização em Administração Pública.

SALTO. A empresa que teve o maior aumento de cargos de indicação política sob Lula em termos absolutos foi a Dataprev,

que faz a gestão de dados e sistemas de informação do governo federal. Em junho de 2023, houve um salto de 33 para 93 no número de funções comissionadas, um crescimento de 181%.

Por meio de sua assessoria, a entidade afirmou que somente 65% dos cargos aprovados estão ocupados. Alegou ainda o aumento do número de clientes, a perda de funcionários durante a pandemia e a atuação em “novos projetos estratégicos”, como a internalização do Cadastro Ambiental Rural (CAR), o desenvolvimento do novo CadÚnico e a criação do Crédito do Trabalhador.

Dentre as atribuições da Da-

taprev está o armazenamento de bases cadastrais e biométricas de aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Essas informações foram utilizadas por associações que procederam descontos sem autorização em benefícios previdenciários.

Para justificar a expansão de cargos políticos à Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest), vinculada ao Ministério da Gestão, a companhia citou a sensibilidade do manejo desses dados e a necessidade de incorporar em seu quadro funcional pessoas com “expertises técnicas específicas”.

Essas mudanças, ainda de acordo com a companhia, eram necessárias para fazer frente ao plano estratégico traçado pela administração petista de “prover soluções digitais para o exercício da cidadania” e visam “ser referência para o cidadão e o Estado na prestação de serviços digitais para implementação de políticas sociais”.

MILITANTE. Mas nem todas as contratações seguiram critérios técnicos. Um dos assessores contemplados é Fábio Faz-zion, um militante de esquerda e namorado da deputada federal Adriana Accorsi (PT-GO), que foi candidata à prefeitura de Goiânia e hoje postula a presidência do partido no Estado. Em seu perfil no X, ele se define como “filósofo, petista e com tolerância zero com fascistas (sic).” Luiz Gonzaga Baíão, que era assistente técnico no gabinete da liderança do governo na Câmara até março do ano passado, também ocupa um desses cargos.

A Dataprev afirmou que “eles foram contratados para acompanhar as pautas legislativas de transformação digital pela qual passa o Estado, uma vez que inclui a construção de novos marcos legais no setor de tecnologia da informação, como o PL para a regulamentação da IA, em tramitação”.

Procurado, o governo afirmou, em nota, que a contratação de comissionados permite “agregar conhecimentos externos e novas expertises, pois (os cargos) são ocupados por perfis especializados, que trabalham em projetos específicos que podem variar a cada gestão”. ●

O Estado de São Paulo

Legislativo

Congresso aprova aumento das vagas na Câmara: mais 18 novos deputados

Em intervalo de horas, na noite de ontem, projeto passou no Senado com alteração e foi referendado pela Câmara

NAOMI MATSUI
BRASÍLIA

O Congresso aprovou na noite de ontem o projeto de lei que amplia de 513 para 531 o total de deputados federais no Brasil. A ampliação do número de parlamentares na Casa recebeu aval do Senado e, como o texto foi modificado, ele precisou retornar para a análise da Câmara – que também aprovou, poucas horas depois, a modificação. A redação final seguirá para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Se sancionada, a regra já valerá para a eleição de 2026.

O prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que o Congresso estabeleça a nova distribuição de cadeiras com base no Censo de 2022 terminaria em menos de uma semana, em 30 de junho.

No Senado, foram 41 votos favoráveis – o mínimo necessário – e 33 contra. A votação da redação final terminou com a rejeição de um destaque (trecho separado). Na Câmara, o texto com as modificações foi aprovado por 361 votos, contra 36 contrários e 30 abstenções.

O relator no Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), acatou uma emenda para proibir que a alteração eleve gastos públicos. Ele, no entanto, modificou o teor da sugestão para retirar as emendas parlamentares da restrição.

Segundo Castro, não haverá, porém, aumento do volume total de emendas. “As emendas parlamentares não podem ser aumentadas, porque é um percentual. As emendas individuais correspondem a 2% da receita corrente líquida do ano anterior. Pode dividir os 2% por 513 ou por 531. O ônus para o erário é o mesmo”, afirmou.

Pelo texto aprovado, Santa Catarina, Pará, Amazonas, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Ceará, Paraná e Rio Grande do Norte ganharão novos assentos.

‘JEITINHO’. Durante a votação



Efraim Filho, Eduardo Braga e Alcolumbre durante a sessão no Senado

Nas assembleias

30 novas vagas de deputados estaduais devem ser criadas com a aprovação do projeto no Congresso

no Senado, PL, MDB e PT liberaram suas bancadas. O Novo orientou contra e tentou travar a votação, alegando que o projeto não foi analisado pelas comissões do Senado e que a sessão estava esvaziada por conta das festas juninas no Nordeste.

O senador Eduardo Girão (Novo-CE), contrário à mudança, afirmou que o STF determinou apenas a revisão da distribuição do número de cadeiras,

não o aumento de vagas.

“É o jeitinho brasileiro. Vão aumentar para ninguém perder. Aumentar o número de deputados é uma invenção do Congresso”, declarou Girão.

Castro, rebateu e disse que a decisão do STF não proibia novos assentos. “Em nenhum momento, o Supremo disse que o número tinha de ser manter em 513. Pelo contrário, o número será estabelecido pelo Congresso”, afirmou.

EFEITO CASCATA. Para o relator, o projeto está “isento de qualquer impacto orçamentário e financeiro”. Um levantamento do *Estadão/Broadcast* mostrou, porém, que, por causa do efeito cascata, o projeto abre margem para criação de 30 novas vagas de deputados estaduais, que podem custar mais de R\$ 76 milhões por ano para os Estados – somado ao gasto extra de R\$ 64,8 milhões da Câmara, o impacto total da proposta ultrapassa os R\$ 140 milhões anuais.

O levantamento considerou portais de transparência de cada Legislativo estadual para calcular o custo de um deputado, levando em conta salário, cota parlamentar, auxílios e verba destinada ao pagamento de salários para os assessores do gabinete.

A conta final pode ser ainda mais cara: como as novas cadeiras valeriam apenas a partir da eleição de 2026, os salários e benefícios podem ser reajustados até lá. ●

Veículo
Fala Caragua
Diário Caiçara



Câmara realiza segunda audiência pública sobre mudanças no Estatuto dos Servidores Municipais nesta quinta-feira

A Câmara Municipal de Caraguatatuba convida a população nesta quinta-feira (26/06), às 18h, para segunda audiência pública sobre o Projeto de Lei Complementar nº 08/25, que trata da atualização do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Cotidiano

Veículo
Tamoios News
Diário Caiçara



Capitã PM Érica do Corpo de Bombeiros é homenageada na Câmara de Caraguatatuba

A Câmara Municipal de Caraguatatuba realiza nesta quarta-feira (25/06), às 19h, sessão solene para entrega do Título de Cidadã Caraguatatubense à Capitã PM Érica Ramalho de Macedo. A honraria foi proposta pela vereadora Vera Lúcia de Moraes.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Tamoios News
Radar Litoral
Diário Caiçara



Manifestum Mostra de Danças é atração no Teatro Mario Covas nesta sexta-feira (27)

A Manifestum Escola de Dança, de Caraguatatuba, realiza nesta sexta-feira (27/6), às 20h, no Teatro Mario Covas, a primeira edição da Manifestum Mostra de Danças. O evento tem como objetivo proporcionar aos alunos uma vivência artística completa, partindo da concepção coreográfica até a performance no palco. Está prevista a apresentação de aproximadamente 30 coreografias de alunos da instituição, além da participação de cinco grupos de dança convidados.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Tamoios News
Litoral em Pauta



Centro Universitário Módulo realiza campanha “Inverno Solidário”

O inverno, que começou oficialmente às 23h42 do dia 20 de junho, marca a chegada de temperaturas mais baixas e noites mais longas. Com o objetivo de apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade social, o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) do Centro Universitário Módulo promove a campanha “Inverno Solidário”, iniciativa voltada à arrecadação de roupas de frio, cobertores e calçados.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Radar Litoral
Fala Caragua
Diario Caiçara



Centro de Controle de Zoonoses promove feira de adoção neste sábado em Caraguatatuba

A unidade está com 28 animais, adultos e filhotes, à espera de um lar. Os interessados podem comparecer à Feira de Adoção que ocorre neste sábado (28), das 9h às 13h, no Centro de Controle de Zoonoses (CCZ).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Eleitos novos conselheiros do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência

Na terça-feira (24), houve eleição para representantes da Sociedade Civil para vagas remanescentes no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência de Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Estudantes devem fazer o recadastramento do transporte universitário para 2º semestre

A Secretaria Municipal de Educação informa aos estudantes que estão cadastrados no 1º semestre de 2025, no Transporte Universitário, com destino às Instituições de Ensino Superior de São José dos Campos, que devem realizar o recadastramento para o 2º semestre, no período de 1º a 15 de julho, por meio do e-mail bolsa.universitario@caraguatatuba.sp.gov.br.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



MACC recebe exposição inédita de José Moraes, pintor figurativo que marcou a arte moderna no Brasil

A mostra revisita a trajetória do artista e a relação íntima entre sua obra e o ambiente criativo que o inspirou, reforçando o legado do modernismo brasileiro.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Caraguá a Gosto celebra 20ª edição com 52 estabelecimentos participantes

Com os 52 estabelecimentos já definidos, a 20ª edição do Caraguá a Gosto começa a ganhar forma. O evento traz o tema "Origens", em resgate ao vínculo entre a culinária, a identidade local e as experiências afetivas em torno da comida.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua

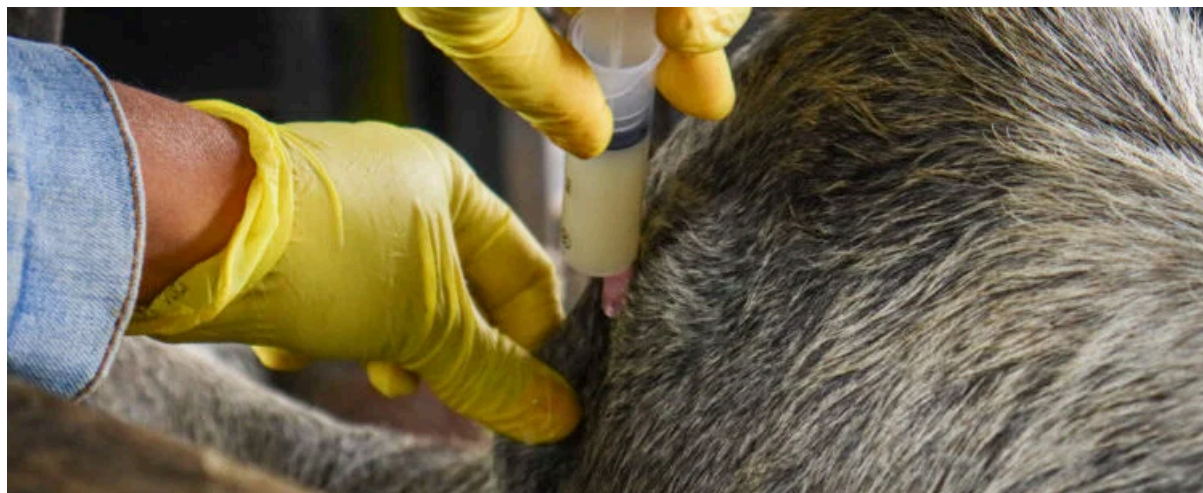


Passagem de Pedestres na Rodovia SP 55 é reinstalada no Pontal de Santamarina

A passagem de pedestres localizada na Avenida José Herculano (Rodovia SP-55), em frente ao Serramar Shopping, no Pontal de Santamarina, em Caraguatatuba, foi reinstalada pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP), em atendimento a uma solicitação do governo municipal, na terça-feira (24).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Fala Caragua



Vacinação contra a brucelose é realizada em sete propriedades rurais de Caraguatatuba

Com foco na saúde animal e na segurança alimentar, Caraguatatuba realizou na terça-feira (24) a imunização de 46 bezerros contra a brucelose em sete propriedades rurais.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Secretaria da Fazenda de Caraguatatuba realiza plantão

A Secretaria da Fazenda de Caraguatatuba realiza um plantão de atendimento especial para o Programa de Recuperação Fiscal (Refis – LC 136/2025) neste sábado (28/06).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Geral

Veículo
Diário Caiçara



Veículo furtado é recuperado pela GCM em Caraguatatuba

A Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba recuperou um veículo furtado após alerta emitido pelo Centro de Operações Inteligentes (COI).

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara



Motorista vítima de golpe é surpreendida com carro furtado e GCM recupera veículo em Caraguá

A Guarda Civil Municipal de Caraguatatuba recuperou um veículo com queixa de furto após alerta da Central de Monitoramento por Câmeras, que identificou o carro circulando pelas ruas da cidade.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Diário Caiçara

Homem furta fiação do Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios no trecho de Caraguatatuba e vai preso

Um homem de 19 anos, foi preso na noite desta segunda-feira (23/6), por seguranças responsáveis pela proteção da rodovia dos Tamoios, no trecho Sul do bairro Tinga, em Caraguatatuba.

Segundo informou a polícia, o criminoso foi surpreendido enquanto subtraía fiação do sistema de iluminação pública da rodovia.

Os policiais militares realizaram a condução do infrator até a Delegacia de Polícia Central, onde a autoridade policial de plantão tomou ciência da ocorrência e adotou as medidas legais cabíveis, conforme prevê a legislação penal vigente. O homem ficou preso à disposição da justiça. Informações e imagem: Agora deu BO

Turismo e Esporte

Veículo

Tamoios News

Radar Litoral

Repórter Online Litoral

Fala Caragua

Diário Caiçara



4ª Prova de Pesca Municipal 'Vilma de Souza Domiciano' movimentará Caraguatatuba no fim de semana

Caraguatatuba vai receber a 4ª edição da tradicional Prova de Pesca Municipal, em homenagem à pescadora Vilma de Souza Domiciano. O evento será no fim de semana, dias 28 e 29 de junho, na Praia do Massaguaçu.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Veículo
Tamoios News
Radar Litoral
Litoral em Pauta



Festival do Cambuci chega à 12ª edição em Caraguatatuba com programação gratuita e voltada à família

Caraguatatuba recebe no próximo sábado (28), a 12ª edição do Festival do Cambuci, evento que celebra os sabores e a biodiversidade da Mata Atlântica, promovido pelo Parque Estadual da Serra do Mar – Núcleo Caraguatatuba.

Leia a matéria completa [aqui](#).

Clipping Eletrônico

19.05.2025

Entrevista com a Primeira Dama e Presidente do Fundo Social, Dra. Talita Carneiro, para a TV Câmara.

Pauta: Governo Municipal realiza ação de saúde bucal nas escolas.



Assista a reportagem completa [aqui](#).